

EMEB CORA CORALINA

Educação de Jovens e Adultos (EJA)

CONFORME PORTARIA Nº01 DE 19/03/2020 E CIRCULAR GAB SE Nº023/20 (ORIENTAÇÕES TELETRABALHO)

CADERNO DE ATIVIDADES 5

7ª SÉRIE

NOSSO VOTO: DIREITOS DA CIDADANIA

CARO ESTUDANTE,

TRAZEMOS O **CADERNO DE ATIVIDADES Nº 05** COM ATIVIDADES QUE DISCUTEM A IMPORTÂNCIA DO VOTO. SÃO PROPOSTAS ELABORADAS PARA QUE VOCÊ CONHEÇA, REFLITA E CRIE UMA POSTURA MAIS CONSCIENTE SOBRE A RELAVÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO NA VIDA POLÍTICA DA NOSSA SOCIEDADE.

ESSA SEMANA VOCÊ RECEBERÁ TEXTOS E ATIVIDADES ELABORADA PELOS PROFESSORES DE **HISTÓRIA E GEOGRAFIA** QUE DEVERÃO SER ENTREGUES NO WHATSAPP DO GRUPO DA SUA SALA ATÉ O DIA 15/09.

AO FINAL DO CADERNO OS PROFESSORES DAS DEMAIS MATÉRIAS TRAZEM ALGUMAS PROPOSTAS E DICAS ONDE VOCÊ DEVERÁ ESCOLHER UMA PARA A PRODUÇÃO DA SUA **CAMPANHA DE VOTO CONSCIENTE** QUE DEVERÁ SER ENTREGUE ATÉ O DIA 22/09 E VALERÁ NOTA PARA TODAS AS DISCIPLINAS.

BONS ESTUDOS!

EMEB CORA CORALINA

HISTÓRIA

PROFESSOR: LEANDRO BARBOSA GOUVEIA

Olá!

Nessa semana iremos estudar um pouco sobre as lutas femininas pelo direito ao voto no Brasil.

Primeiro vamos ler o texto para conhecer a história de algumas mulheres que fizeram parte desta luta.

Depois vamos assistir ao filme sobre a história de Antonieta de Barros e, por fim responder as questões para refletir sobre nossa leitura e treinar nossa escrita.

Não esqueça de fotografar suas respostas e enviar pelo zap.

Então, bora lá!

Abraços, professor Leandro

AS LUTAS FEMININAS PELO DIREITO AO VOTO NO BRASIL

O direito ao voto feminino – acompanhado do direito de se candidatar e ser eleita – foi conquistado com lutas históricas de longa duração com mulheres desbravadoras que lideraram as primeiras conquistas feministas e mostraram que lugar de mulher é também nos centros de decisão do país.

Somente há pouco mais de 80 anos as mulheres brasileiras conquistaram o direito ao voto, adotado em nosso país em 1932, através do decreto nº 21.076 instituído no código eleitoral brasileiro, e consolidado na Constituição de 1934.

LEOLINDA DALTRO (1859 - 1935)

A professora Leolinda Daltro se destacou na **luta pelos direitos das mulheres**. Nascida na Bahia em 14 de julho de 1859, ela dedicou a sua vida às causas em que acreditava.

Incomodada com o fato de as mulheres não poderem votar, ela **fundou o Partido Republicano Feminino**, em 1910. Seu objetivo era mobilizar o público feminino para lutar por seus direitos.

Em 1911, como **professora** da Escola Orsina da Fonseca, liderou suas estudantes em passeata até o Palácio do Catete. Recebeu muitas críticas da imprensa, entre elas a de que as mulheres não podiam participar da política, porque não lutavam nas guerras. Não por isso – Leolinda **ensinou suas meninas a manejar armas**.



LEOLINDA DALTRO

Fonte: <https://www.xapuri.info/universo-feminino/leolinda-daltro/>

Incansável e ciente da importância dos direitos pelos quais lutava, **apresentou requerimento pelo direito ao voto feminino** à câmara dos deputados, em 1916. Também foi **a primeira brasileira a se candidatar às eleições municipais**, em 1919, defendendo a diminuição das desigualdades e da miséria, mas teve seu registro negado.

Leolinda morreu no dia 4 de maio de 1935. Mas viveu para ver as **mulheres conquistarem o direito ao voto em 1932**.

CELINA GUIMARÃES VIANA (1890 - 1972)



CELINA GUIMARÃES VIANA

Fonte: <http://frmeninas.com.br/>

A professora Celina Guimarães Viana foi a **primeira mulher a votar no Brasil e em toda a América Latina**, em eleições ocorridas em 1928 na cidade de Mossoró, Rio Grande do Norte.

Numa época em que a sociedade era dominada pelos homens e as mulheres somente ficavam em casa, Celina não se prendeu às restrições e abriu as portas para a **emancipação feminina**. Para votar na referida eleição, a indicada teve que entrar com uma petição requerendo sua inclusão na lista de eleitores.

Como professora Celina passou a conscientizar as mulheres sobre a importância do voto, e dedicou sua vida na **luta pelos direitos e liberdade das mulheres**. Faleceu em 1972, aos 81 anos.

ALZIRA SORIANO (1897 – 1963)

Alzira Soriano foi **a primeira mulher a ser eleita para um cargo executivo no país**, quando se elegeu prefeita da cidade de Lajes, no Rio Grande do Norte, com 60% dos votos, no ano de 1928. O jornal norte-americano “The New York Times” inclusive a citou, à época, como a **primeira prefeita eleita em toda a América Latina**.



ALZIRA SORIANO
Fonte: pt.wikipedia.org

Pioneira na participação feminina na política no Brasil, Alzira lutou pelo direito das mulheres brasileiras votarem e serem elegíveis – o voto feminino em todo o país só viria em 1932.

Em seu discurso de posse Alzira destacou: “determinaram acontecimentos sociais do nosso querido Rio Grande do Norte, na sua constante evolução da democracia, que a mulher, esta doce colaboradora do lar, se voltasse também para colaborar com outra feição na sua obra político-administrativa. De outro modo não poderia se ser. As conquistas atuais, a evolução que ora se opera, abre uma clareira no convencionalismo, fazendo ressurgir nova faceta

dos sagrados direitos da mulher”.

ANTONIETA DE BARROS (1901-1952)

Antonieta nasceu em Florianópolis no começo do século XX um período marcado por um intenso racismo e exclusão. Por isso Antonieta teve que enfrentar um triplo preconceito, por ser **mulher**, por ser **negra** e ainda por ser **pobre**. Essas barreiras não impediram de Antonieta se formar na Escola Normal Catarinense em 1921, em português e literatura. Mais Antonieta foi além e um ano após sua formatura fundou “Curso Particular Antonieta de Barros”, que tinha como objetivo **alfabetizar a população carente**, pois Antonieta entendia que o analfabetismo impedia “gente de ser gente”. Nos seus textos para o jornal “A Semana” fundado e dirigido por ela, é possível ver a sua grandeza intelectual como pode ser visto neste trecho: “as criaturas (...) necessitam para viver, no sentido humano da palavra, de cultura. (...) sem cultura não se consegue a independência moral, apanágio de todos que são genuinamente livres, senhores da sua consciência, conhecedores do seu valor, integralizados na sua individualidade”.



ANTONIETA DE BARROS
Fonte: <http://www1.udesc.br/?id=2678>

No ano de 1934, se destaca na defesa do direito ao voto das mulheres. É eleita pelo Partido Liberal Catarinense como a **primeira deputada estadual negra do país e de Santa Catarina**.

SAIBA MAIS

No link abaixo podemos assistir um documentário pra conhecer um pouco mais da história de **Antonieta de Barros**. Nesse vídeo podemos ver muitas imagens dessa lutadora e saber um pouco mais sobre a sua luta em defesa dos direitos das mulheres:

<HTTPS://WWW.YOUTUBE.COM/WATCH?V=W511SXZXMU>

ATIVIDADE

Responda as questões:

1. Quando as mulheres conquistaram o direito ao voto no Brasil?
2. Quem foi a primeira mulher que votou no Brasil?
3. Quem foi a primeira prefeita eleita no Brasil?
4. Quem foi a primeira deputada negra do Brasil?
5. Por que Antonieta teve que enfrentar um triplo preconceito?
6. Você acredita que a luta dessas mulheres foi importante na história do Brasil?

Explique.

ENVIE ESSA ATIVIDADE NO WHATSAPP DA SUA SALA. NÃO SE ESQUEÇA DE IDENTIFICÁ-LA COM SEU NOME COMPLETO E NOME DA DISCIPLINA.

O PRAZO PARA ENTREGA ATÉ 15/09/2020 (TERÇA-FEIRA)

REFERÊNCIAS

<HTTPS://WWW.POLITIZE.COM.BR/CONQUISTA-DO-DIREITO-AO-VOTO-FEMININO/>
<HTTPS://GUIAODESTUDANTE.ABRIL.COM.BR/BLOG/ATUALIDADES-VESTIBULAR/COMO-AS-MULHERES-CONSEGUIRAM-O-DIREITO-AO-VOTO/>
<HTTPS://WWW2.CAMARA.LEG.BR/ATIVIDADE-LEGISLATIVA/COMISSOES/COMISSOES-PERMANENTES/COMISSAO-DE-DEFESA-DOS-DIREITOS-DA-MULHER-CMULHER/SEMINARIOS-E-OUTROS-EVENTOS/DIPLOMA-MULHER-CIDADA-CARLOTA-PEREIRA-DE-QUEIROS/EDICAO-2019-DIPLOMA-MULHER-CIDADA-CARLOTA-PEREIRA-DE-QUEIROS/INDICACAO-CELINA-VIANA>
<HTTP://WWW.ARQUIVONACIONAL.GOV.BR/BR/DIFUSAO/ARQUIVO-NA-HISTORIA/908-MULHERES-NA-HISTORIA-BERTHA-LUTZ.HTML>

GEOGRAFIA

PROFESSORA: FONLANA CHEUNG

RECADO DA PROFESSORA

Olá, espero que estejam todos bem, e se cuidando na pandemia. Tem alguns de vocês que não conheço... Qualquer dúvida, por favor, escreva no meu whatsapp: 96267-5155

Semana passada iniciamos com uma reflexão sobre o que poderia ser um voto consciente e a produção de uma redação sobre seu voto nas últimas eleições de 2018 para presidente, senador e deputado federal, governador e deputado estadual.

Esta semana iremos trabalhar sobre os **DIREITOS SOCIAIS** previstos no artigo 5 da Constituição Federal de 1988, ‘

De hoje, 09/09/2020, até 15/09/2020 foram preparadas cinco atividades para serem feitas durante esses dias. Caso tenha dificuldades pode entrar em contato direto comigo via whatsapp. Na medida que forem fazendo as atividades vão enviando. Não esquecer de identificar com o seu nome e série.

Após fazer todas as leituras e atividades, pediremos para vocês façam uma CAMPANHA SOBRE O VOTO CONSCIENTE para ser entregue até o dia 22/09/2020. Ao final deste caderno vocês verão algumas sugestões de como devem fazê-la.

Abraços e bons estudos!

Profa. Lana

ATIVIDADE 1- QUARTA-FEIRA, 09/09

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1998 E OS DIREITOS E DEVERES DA CIDADANIA

LEITURA

Este ano vai haver eleições para prefeito e vereadores em todos os 5.570 municípios dos 26 estados e Distrito Federal, da República Federativa do Brasil.

Ter o voto secreto respeitado e poder criar partidos políticos está previsto nos artigos 14 e 17 da Constituição Federal de 1988. Esses direitos nem sempre estiveram na constituição brasileira, nas constituições dos governos ditatoriais não haviam eleições diretas para os cargos executivos: presidente da república, governador de estado e prefeito municipal.

Os partidos ou eram proibidos na Constituição de 1937, e não haviam eleições para nenhum cargo político no governo ditatorial do Estado Novo. Getúlio Vargas presidente na época, dá o golpe de Estado e fecha o Congresso Nacional, promulga a Constituição de 1937, presidindo o Brasil com mãos de ferro (1937-1945).

Na ditadura instalada pelo golpe de Estado de 1º de abril de 1964, que derrubou o presidente João Goulart, democraticamente eleito, pelo alto comando das Forças Armadas, com a participação dos EUA, em plena Guerra Fria (1945-1998). Em 1965, o governo ditatorial acaba com o pluripartidarismo, fecham todos os partidos existentes e cassam e somem com deputados e outros políticos da oposição.

Assim na ditadura podiam funcionar dois partidos somente, o Arena da “situação”, e o MDB da “oposição consentida”. Os candidatos desses dois partidos participariam das eleições de 1974 para alguns cargos do legislativo. Eleitos, os senadores e deputados federais, deputados estaduais e vereadores municipais. Teriam a função de fazer e aprovar leis estaduais e municipais em acordo com a Constituição Federal de 1967, feita durante a ditadura civil-militar, para legitimar os governos militares e cortavam muito direitos dos cidadãos.

Não se podiam ter outros partidos além do ARENA e MDB, e quem fizesse qualquer resistência ou oposição às políticas dos governos militares, como em greves de estudantes e trabalhadores, podiam ser presos, torturados, e mortos, pelas polícias do Estado.

A Constituição de 1988 substituiu a Constituição 1967, e seria conhecida como a Constituição Cidadã, por restituir a democracia após governos militares vigentes entre os anos de 1964 e 1985.

Datada de 5 de outubro de 1988, a Constituição inaugurou um novo arcabouço jurídico-institucional no país, com ampliação das liberdades civis e os direitos e garantias individuais. A nova Carta consagrou cláusulas transformadoras com o objetivo de alterar relações econômicas, políticas e sociais, concedendo direito de voto aos analfabetos e aos jovens de 16 a 17 anos. Estabeleceu também novos direitos trabalhistas, como redução da jornada semanal de 48 para 44 horas, seguro-desemprego e férias remuneradas acrescidas de um terço do salário.

Outras medidas adotadas Constituição de 88 foram: instituição de eleições majoritárias em dois turnos; direito à greve e liberdade sindical; aumento da licença-maternidade de três para quatro meses; licença-paternidade de cinco dias; criação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em substituição ao Tribunal Federal de Recursos; criação dos mandados de injunção, de segurança coletivo e restabelecimento do *habeas corpus*. Foi também criado o *habeas data* (instrumento que garante o direito de informações relativas à pessoa do interessado, mantidas em registros de entidades governamentais ou banco de dados particulares que tenham caráter público).

Destacam-se ainda as seguintes mudanças; reforma no sistema tributário e na repartição das receitas tributárias federais, com propósito de fortalecer estados e municípios; reformas na ordem econômica e social, com instituição de política agrícola e fundiária e regras para o sistema financeiro nacional; leis de proteção ao meio ambiente; fim da censura em rádios, TVs, teatros, jornais e demais meios de comunicação; e alterações na legislação sobre seguridade e assistência social.”

Fonte: www.senado.gov.br/noticias/especiais/constituicao25anos/historia-das-constituicoes.htm

QUESTÕES ATIVIDADE 1 (ENTREGAR)

1- Leia os textos e responda:

- a) O que estabeleciam as Constituições de 1937 e a Constituição de 1967, sobre o direito de voto e associação partidária livre?
- b) Com o processo de redemocratização, a Constituição de 1988 substituiu a Constituição de 1967. Quais foram as principais conquistas políticas?

ATIVIDADE 2 – QUINTA-FEIRA, 10/09

O DIA QUE DUROU 21 ANOS

LEITURA

Após fazer a ATIVIDADE 1, veja o documentário ‘O dia que durou 21 anos,’ para compreender o contexto histórico e os interesses que envolveram o golpe de Estado de 1964, e a promulgação da Constituição de 1967.

Clique abaixo para assistir ao documentário “O dia que durou 21 anos”:

<https://www.youtube.com/watch?v=4ajnWz4d1P4>

O Dia que Durou 21 Anos é um documentário brasileiro, dirigido por Camilo Galli Tavares (Cidade do México, 1971), sobre a participação do governo dos Estados Unidos na preparação, desde 1962, do golpe de estado de 1964, no Brasil

O filme tem como ponto de partida a crise provocada pela renúncia do presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961, e prossegue até o ano de 1969, com o sequestro do então embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Charles Burke Elbrick, por grupos armados. Em troca de sua libertação, 15 presos políticos são soltos e posteriormente banidos do país. Um deles, o jornalista Flávio Tavares, 27 meses depois de se radicar na Cidade do México, seria pai de Camilo, o cineasta cujo nome é uma homenagem ao padre católico e guerrilheiro colombiano Camilo Torres, morto em 1966.

QUESTÕES ATIVIDADE 2 (ENTREGAR)

Ao assistir o documentário, faça anotações para usar na redação sobre o contexto histórico no qual ocorreu o golpe do dia 1º de abril de 1964:

1. O que estava acontecendo no Brasil e no mundo, para os Estados Unidos participarem do golpe militar em abril de 1964, que depôs o presidente João Goulart?
2. O que o presidente João Goulart estava fazendo que desagradou o alto comando das Forças Armadas e os EUA?
3. Como se comportava a população brasileira neste processo? Descreva as pessoas que estavam a favor de João Goulart, e os que estavam contra: o que elas queriam e quais eram os seus interesses desses dois grupos?
4. Escreva o que faltou perguntar.

ATIVIDADE 3 – SEXTA-FEIRA, 11/09

A REPÚBLICA E OS TRÊS PODERES: EXECUTIVO, LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO

LEITURA

Todos os países que funcionam sob o regime político republicano, tem a divisão do poder governamental de um país em três poderes que, deverão governar segundo a Constituição de um país.

As primeiras republicas foram fundadas durante as revoluções burguesas na Europa no final do século XVIII, na Inglaterra e França. Os três poderes republicanos foram constituídos para substituir o poder absoluto do rei, que concentravam todos esses poderes na governança de um país.

No Brasil, o governo federal é dividido em três poderes, e são exercidos pelos:

1. **PODER EXECUTIVO** exercido por um **PRESIDENTE** que tem a função de executar a Constituição Federal do país, assim como sua regulamentação em nível federal.
2. **PODER LEGISLATIVO**, exercido por **SENADORES E DEPUTADOS FEDERAIS** que tem a função de criar leis para regulamentação da Constituição Federal. Uma constituição federal é elaborada por uma Assembleia Constituinte formada por senadores e deputados eleitos especialmente para essa finalidade.
3. **PODER JUDICIÁRIO**: formado por **JUÍZES, PROMOTORES E ADVOGADOS**, tem a função de interpretar e aplicar a lei nos litígios entre os cidadãos, e entre cidadãos e Estado. O Judiciário declara e restabelece os direitos contestados ou violados, porém não dispõe dos meios materiais para impor suas sentenças.

Essa divisão de poderes se repete nos Estados e municípios e governam:

- **GOVERNADORES, DEPUTADOS E TRIBUNAIS ESTADUAIS**, que governam com a Constituição Estadual de seu estado;
- **PREFEITOS, VEREADORES E TRIBUNAIS REGIONAIS** que, governam com as leis orgânicas de seu município.

As legislações da Constituição Estadual e as Leis Orgânicas Municipais, devem seguir os preceitos dados na Constituição Federal.

Para assumirem esses cargos públicos, os candidatos deverão passar por eleições diretas com voto da população. Teve o voto indireto realizado pelo Congresso Nacional, nos tempos de governos ditatoriais.

O Brasil não faz eleições para o poder judiciário, como acontecem na Argentina, na Bolívia, em alguns estados dos Estados Unidos.

QUESTÕES ATIVIDADE 3 (ENTREGAR)

1. Pesquise notícias atuais na internet sobre os três poderes nos governos: federal, estaduais e municipais
 - a. Presidente da República com seus ministros
 - b. Senadores e deputados federais do Congresso Nacional
 - c. Ministros do Supremo Tribunal Federal – STF
 - d. Governador de São Paulo com seus secretários de governo
 - e. Deputados Estaduais
 - f. Prefeito do município onde mora, com seus secretários de governo
 - g. Vereadores do município onde mora

- 2- Após ler as notícias, selecione uma para cada item acima, e responda:
 - a. Quais são os nomes dos políticos mostrado nas notícias?
 - b. Qual é a política pública?
 - c. Cole o link das notícias nas mensagens do celular

ATIVIDADE 4 – SEGUNDA E TERÇA-FEIRA, 14 E 15/09

MORADIA: DIREITO DE TODO CIDADÃO

LEITURA

Como todos nós sabemos o direito a uma moradia digna não é exercido por toda a população de nosso país. Entretanto, esse é um direito considerado fundamental desde 1948, pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinado pelo Brasil e por dezenas de países, logo após o fim da 2ª. Guerra Mundial.

O DIREITO À MORADIA NO BRASIL

Muitos direitos sociais só foram conquistados com a Constituição Federal de 1988, ou seja, logo após o final da malfadada ditadura civil/militar que perdurou de 1964 até 1985, e que impedia, entre outros direitos, o exercício da liberdade de expressão. Na Constituição cidadã, temos o **ARTIGO 6º**:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Entre os direitos de todas as mulheres e homens reconhecidos pela Constituição está:

- Direito à educação e à Saúde;
- Direito à alimentação e ao trabalho;
- Direito à moradia e à Previdência Social, etc.

Por ter sido elaborada após o fim da ditadura civil/militar, ou seja, com a redemocratização do país, ter ampla participação popular e reconhecer vários direitos sociais, a **CONSTITUIÇÃO DE 1988, É CHAMADA DE CONSTITUIÇÃO CIDADÃ.**



O ESTATUTO DA CIDADE E O PLANO DIRETOR

A partir de normas previstas na Constituição, é promulgado em 2001, o Estatuto da Cidade. Importante projeto de iniciativa popular, cria medidas de política urbana para tornar as cidades socialmente mais justas e enfrentar questões como a falta de moradia popular, saneamento básico, mobilidade urbana etc.

Entretanto, o Estatuto teve dificuldades para ser aprovado, pois prevê que, mesmo reconhecendo o direito à propriedade privada, esse direito não é absoluto, pois toda propriedade deve cumprir função social.

Assim, setores populares e do empresariado divergiram sobre os instrumentos legais que deveriam ser utilizados pelo poder público para democratizar o acesso à propriedade urbana para toda a população e impedir processos de especulação imobiliária.

O Estatuto torna obrigatório aos municípios mais populosos criarem seu principal instrumento de política urbana, que é o “Plano Diretor”, que deve ter ampla divulgação e participação da população em sua discussão e elaboração.

Muitas leis urbanas são discutidas e previstas no Plano Diretor, especialmente as que regulam o uso e ocupação do solo. Entre elas estão: - quais serão as áreas destinadas para preservação ambiental e para moradia popular, além de questões relacionadas ao saneamento básico e mobilidade urbana.

Inicialmente, elaborado pela prefeitura, o Plano Diretor prevê a participação de todos interessados, como o próprio poder público, empresários e também dos movimentos sociais, como os ligados à moradia.

Tendo que ser aprovado pela Câmara dos Vereadores, o Plano Diretor é produto das disputas e negociações, muitas vezes de interesses conflitantes, entre os diversos agentes organizados.

Veja abaixo as etapas de revisão do Plano Diretor Estratégico de São Paulo, realizado em 2014. Verifique que a Prefeitura cumpre uma série de etapas, para depois encaminhar o plano para a Câmara de Vereadores, onde será discutido, modificado e, enfim, aprovado, para em seguida ser sancionado pelo prefeito.



<http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2013/03/revissao-do-plano-diretor-deve-ser-democratica/>

QUESTÕES ATIVIDADE 4 (ENTREGAR)

1. Qual a importância do Estatuto das Cidades? Porque houve controvérsia em sua aprovação?

2. Em sua opinião, qual etapa de elaboração do Plano Diretor é a mais importante? Justifique.

3. Período de intenso arrocho salarial e de fechamento de sindicatos de trabalhadores, durante o regime civil/militar (1964/85), a solução para o problema das favelas era vista pelos governantes como caso de polícia. Assim, muitas favelas foram simplesmente destruídas pela polícia militar, como foi o caso da imensa favela do Vergueiro, localizada no bairro do Ipiranga. Muitos moradores foram espancados e despejados, e deram início à

favela “Caixote em Pé”, atualmente inserida no bairro do Campanário, em Diadema.

a) Em sua opinião, porque houve a expansão das favelas durante o período civil/militar (1964/85)?

b) Você concorda com a solução que era dada para acabar com as favelas durante o regime civil/militar (1964/85)? Justifique.

c) Em sua opinião, porque muitos moradores expulsos da favela do Vergueiro foram para Diadema?

d) Na antiga área da favela do Vergueiro, se encontra a Chácara Klabin, hoje um dos metros quadrados mais caros de São Paulo. Porque essa área teve tanta valorização imobiliária? Qual sua opinião a respeito?

LEITURA

DIADEMA E A QUESTÃO DA MORADIA

No ano de 1960, Diadema se emancipa de São Bernardo e, é nessa década, que se consolida como área industrial, ligada à região do grande ABCDMRR, formada pelos municípios de Santo André, São Bernardo, São Caetano, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

A busca de terrenos mais baratos e bem localizados na metrópole, somado à isenção de impostos para as indústrias se instalarem no município, atraem muitas empresas para a cidade.

Com as empresas chegam também milhares de trabalhadores menos qualificados e de baixa renda, que se explica pelos aluguéis e terrenos mais baratos, a partir da quase inexistente infraestrutura, como água, luz, esgoto, iluminação, asfalto, etc.

Isso faz com que a população de Diadema aumente vertiginosamente e também os problemas relacionados à questão da moradia. Em 1960 são pouco mais de 12 mil habitantes, saltando seis vezes em 1970, para chegar a 227 mil em 1980.

O relato de um morador da época descreve como eram tratados nesse período:

“...o Prefeito da época... que já faleceu, ele não dava atenção pro pobre, favelado. Então não tinha o que queria, nunca teve. Fomos lá algumas vezes. Uma vez ele chegou até a quebrar o vidro da mesa batendo, dizendo que não dava água... Aí a gente percebeu que se talvez mudasse o prefeito...”

Contudo, se até o início de 1980, Diadema era citada como exemplo de caos urbano e social, a partir desses anos e com mudanças no poder municipal ao longo dos anos 90, muitos problemas do município serão radicalmente amenizados.

É o caso da mortalidade infantil que, em 1983 era de 83 crianças por mil nascimentos, mas caiu para 26 em 1993. Outro exemplo é a instalação de infraestrutura urbana, como água, luz, esgoto e pavimentação, inexistente nas favelas no início dos anos oitenta, mas que passam a atender 66% das mais de duzentas favelas em 1993.

A radical mudança de Diadema nesses anos deve-se à intensa participação popular no período, principalmente os ligados à moradia e às mudanças na administração pública municipal.

Entre muitos exemplos de participação popular, esteve o inovador Projeto de Lei concedendo a 32 áreas ocupadas por favelas, o Direito Real de Uso, ou seja, o direito de permanecerem nessas terras por 90 anos. Leia os trechos das notícias do Diário do Grande ABC de 09/09/88:

“Sob muita pressão popular, os vereadores de Diadema aprovaram o projeto de lei...”

“Diversas comissões de favelados lotaram as dependências do Legislativo e sob o coro “Favelado unido, jamais será vencido”, acompanharam a deliberação do projeto...”

Outro exemplo é o Plano Diretor de 1994, que destinou vários terrenos de Diadema para construção de casas populares. Sobre os interesses conflitantes nas votações, leia o relato de uma liderança do movimento de moradia:

“... ficou nós de um lado, e a ACID - Associação Comercial e Industrial de Diadema de outro... nós brigamos para entrar assim uma certa cota e eles não queria... nesse vai não vai, entra uma área, tira duas, entra três, tira duas, ai conseguimos aprovar a primeira etapa do Plano Diretor, só que é o seguinte: nessa briga toda ai, como teve uma pressão do movimento conseguimos aprovar algumas áreas que nós queríamos, nem todas, mas a maior parte nós aprovamos.”

Este é mais um exemplo da indispensável participação popular dos movimentos de moradia no desenvolvimento urbano de Diadema, e que servirá de referência para muitos outros movimentos sociais urbanos pelo país.

QUESTÕES ATIVIDADE 5 (ENTREGAR)

1. Quais motivos fazem com que muitos trabalhadores vão morar em Diadema nos anos 70 e 80?
2. Quais exemplos são citados do caos urbano que havia em Diadema até o início dos anos 80? Eles foram solucionados?
3. Quais as conquistas dos movimentos de moradia de Diadema em 1988 e 1994? Porque elas aconteceram?
4. Em 2014, depois de muita pressão e manifestações do MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, a Câmara Municipal de São Paulo aprovou o Plano Diretor de São Paulo, que destinou alguns terrenos da cidade para moradia popular de baixa renda.
5. Porque no município de São Paulo e de Diadema, o Plano Diretor é motivo de disputas?
6. Leia o texto com atenção:

“Desde 2001, as Prefeituras do Estado de São Paulo contam, em seu Estatuto das Cidades, com instrumentos urbanísticos para fazer a aquisição de terras bem localizadas para a construção de imóveis. Apesar disso, os orçamentos do município da cidade, que deveriam ser de 15% a 20%, não chegam nem a 1 %, diz o professor João Sette Whitaker, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

Ele lembra que, “no centro das cidades brasileiras, nós temos cerca de 5 milhões de unidades vazias para um déficit habitacional que é em torno de 6 milhões”. Se houvesse políticas concretas de desapropriação e transformação dos prédios vazios nas áreas centrais, para transformar em um parque de habitação e de locação social, já haveria uma melhora da situação.

Na opinião do professor Whitaker, “na verdade, no Brasil, o problema não é tanto como fazer. Nós temos as ferramentas e temos as soluções para fazer, o problema é querer fazer. Eu acho que é aí o grande entrave da questão da moradia”.

<https://jornal.usp.br/atualidades/falta-de-moradias-populares-ainda-e-problema-em-sao-paulo/>

- a. Porque o professor afirma que há solução para a falta de moradia popular no Brasil?
- b. Quais são as dificuldades para a solução da questão da moradia no Brasil.

7. Descreva os problemas que a charge abaixo revela. O Plano Diretor poderia resolver essas questões?



<http://www.arionaurocartuns.com.br/2016/06/charge-desigualdade-social.html>

8- Há diferença entre as frases abaixo? Qual sua opinião sobre elas?



<https://raquelrolnik.wordpress.com/tag/casa-propria/>

**Enquanto morar
for privilégio,
ocupar é um direito**

9- De acordo com o que estudamos, faça uma redação sobre a importância da participação popular nas decisões da câmara municipal e também sobre a importância das eleições municipais deste ano?

ATIVIDADE PARA ENTREGAR EM 22/09

PROPOSTAS DE TRABALHO FINAL

Caros alunos,

Nos cadernos 4 e 5 estudamos o tema cidadania com foco sobre a importância do voto. Nas próximas semanas vocês receberão os cadernos 6 e 7 com mais atividades sobre o tema.

No dia 22/09 você deverá produzir uma atividade final que estamos chamando de campanha para o voto consciente. Ela valerá nota para todas as disciplinas!

Você deve usar sua criatividade e pensar numa forma de mostrar o que você está aprendendo.

APRESENTAREMOS PARA VOCÊ ALGUMAS PROPOSTAS NO QUAL VOCÊ ESCOLHERÁ APENAS UMA PARA PRODUZIR E ENVIAR NO DIA 22/09. VAMOS A ELAS:

PROPOSTA 1: VÍDEO MINUTO

“O que cabe em um minuto?”

O que vocês fariam se tivessem um minuto no poder?

E se tivesse um minuto para convencer os eleitores a votarem bem?



Crie um vídeo que fale sobre **a importância do voto e como fazer pra votar consciente.**

Exemplo de vídeo de um minuto:

<http://www.festivaldominuto.com.br/pt-br/contents/29704>

DICA: Você pode se inspirar na atividade que o professor Leandro trouxe hoje sobre as mulheres que lutaram para garantir seu direito ao voto e fazer um vídeo sobre elas! Será que as pessoas sabem dessas lutas femininas para hoje termos direito ao voto?

PROPOSTA 2: JINGLE

Uma música pode convencer uma pessoa?

Existem pessoas que ficam mais atraídas por propaganda com música?

QUE TAL CRIAR UM JINGLE ?

Crie um jingle (música) para o voto consciente.

Veja esta letra criada para que fala do tema eleições:

Ouve mano, na eleição o cidadão é patrão, é minha visão
o destino que define o país é sua decisão
compromisso, desfilo, no estilo a convicção
como políticos atrás do voto = aprovação
quem reprova são eles mesmos no voto consciente, vote conivente
sistema eleitoral, no esquema atual é efetivamente doente
no poder, pode ser dirigentes, faremos
queremos gentes capazes gente da paz
mentes capacitadas competentes
com a mente que avança, faz acontecer

Fonte: <https://www.letras.mus.br/intelektu/voto-cosciente/>

Crie uma música curta, que fale sobre a importância de ir votar;

Depois grave a música, com ou sem acompanhamento de instrumento. Pode ser áudio ou vídeo

Veja alguns exemplos de jingle:

https://youtu.be/czu3_ljcl1s

<https://youtu.be/cwlxqyy9vim>

PROPOSTA 3: CAMPANHA PUBLICITÁRIA (CARTAZ INFORMATIVO)

1) Campanha publicitária (cartaz informativo)



Fonte: MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Campanha de vacinação contra o sarampo**. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/campanhas/sarampo-2018/Sarampo-cartaz.jpg>. Acesso em: 12 ago. 2018.

Você já foi convencido por um bom cartaz?

Como convencer as pessoas sobre a importância de votar bem? Qual a imagem ideal? Qual a frase de efeito (slogan)?

Faça seu cartaz convencendo as pessoas sobre a importância de votar e votar com consciência.

Você pode usar desenhos, colagens etc., porém tem que ser tudo criação sua, nada pronto da internet.

Veja outro exemplo de um cartaz que é campanha publicitária:



Fonte: Audiência Pública tratará sobre maus tratos a animais.

Disponível em:

<<http://www.assunoticia.com.br/2017/12/audiencia-publica-tratar-sobre-maus.html>>. Acesso

em: 21 out 2018.

Gostou?

Então que tal fazer uma campanha publicitária sobre o voto consciente?

VOCÊ DEVE ESCOLHER UMA DESSAS PROPOSTAS E ENTREGÁ-LA ATÉ O DIA 22 DE SETEMBRO. ESTA ATIVIDADE PODE SER FEITA INDIVIDUAL OU EM DUPLA.

MAIS UMA DICA: Você pode combinar com um colega da sua sala e irem realizando a atividade juntos no whatsapp privado de vocês. Depois, podem combinar uma *live* para gravar o vídeo ou para cantar o jingle. Ou um desenha e outro cria as frases para o cartaz. O que não pode é um trabalhar e o outro levar a nota!

Bom trabalho!

BIBLIOGRAFIA – ATIVIDADES DE GEOGRAFIA

Prefeitura Municipal de Diadema. 'Campanário'. Depto. Educação, Cultura e Esportes. Diadema. 1990.

<http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2013/03/revisao-do-plano-diretor-deve-ser-democratica/>

<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Outubro/eleicoes-2016-pmdb-foi-o-partido-que-mais-elegeu-prefeitos-e-vereadores>

<https://www.politize.com.br/direito-a-moradia/>

<https://www.observatoriodasmetroles.net.br/enquanto-morar-for-privilegio-ocupar-e-um-direito-quemocupanaotemculpa/>

<https://raquelrolnik.wordpress.com/tag/casa-propria/>